

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 25/2012

Período: 21/07/2012 – 27/07/2012

GEDES – Brasil

- 1- Escombros da Estação Comandante Ferraz podem causar contaminação na Antártida
- 2- Ministro cede documentos que detalham estratégia de defesa
- 3- Livro sobre arte brasileira durante o regime militar
- 4- Governo do Ceará indenizará 18 famílias de ex-guerrilheiros
- 5- Frota presidencial do acordo Brasil-França estará completa em 2013
- 6- Brasil auxiliará na recomposição das Forças Armadas do Haiti
- 7- A Comissão da Verdade e os trabalhos de investigação sobre o regime militar I: Comissão requisita nomes dos responsáveis pela destruição de documentos
- 8- A Comissão da Verdade e os trabalhos de investigação sobre o regime militar II: Ministério Público Federal adverte sobre a ineficiência na localização de desaparecidos políticos
- 9- A Comissão da Verdade e os trabalhos de investigação sobre o regime militar III: Reabertura do processo de Ruy Carlos Berbert
- 10- Acesso aos documentos sigilosos do regime militar I: Militares monitoraram Pelé entre os anos 1972 e 1985
- 11- Acesso aos documentos sigilosos do regime militar II: Militares relacionaram sequestro de embaixador alemão à performance da Seleção Brasileira na Copa de 1970
- 12- Acesso aos documentos sigilosos do regime militar III: Fotografias revelam efeitos da tortura
- 13- O Brasil como exportador de armamentos e as controvérsias sobre o tema

1- **Escombros da Estação Comandante Ferraz podem causar contaminação na Antártida**

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a demora na retirada dos escombros da Estação Comandante Ferraz, incendiada no início de 2012, na Antártida, aumentou o risco de vazamento de materiais tóxicos no solo. O incêndio, que aconteceu no dia 25/02/12, retratado no Informe Brasil No. 04/2012, deixou dois militares mortos e destruiu completamente a estação brasileira no continente. Segundo *O Estado*, houve, na ocasião, dois tipos de contaminação: a atmosférica, causada pela nuvem tóxica, e a do solo, ocasionada pelos destroços. Uma vez que o Brasil não pôde terminar de retirar os escombros antes do início do inverno, por volta do mês de abril, parte deles ainda permanece no local e está encoberta pela neve; no verão, com o degelo, pode haver vazamento de materiais altamente tóxicos. A Marinha informou, em nota, que isolou os escombros para evitar o contato com a neve e que prevê a retomada dos trabalhos de limpeza do local para novembro de 2012, ou seja, no início do verão no continente antártico. De acordo com o jornal, na noite do incidente acontecia uma festa na estação, chamada Baile da Terceira Idade, e o alarme de incêndio teria sido desligado para evitar que o mecanismo fosse acionado pelo gelo seco usado na pista de dança. O ministro da Defesa, Celso Amorim, evitou comentar o assunto, afirmando apenas que há investigação em

curso e que não seria possível tirar conclusões precipitadas sobre as causas do incêndio. Sua assessoria, entretanto, destacou que Amorim estava ciente da realização desse baile e que apenas não sabia que o alarme de incêndio fora desligado. Ainda, segundo *O Estado*, os cientistas que perderam documentos pessoais e materiais de trabalho no incêndio assinaram um manifesto no qual afirmaram não ter recebido assistência do governo, que não emitiu sequer declarações atestando a perda de documentos de identificação e passaportes, nem as indenizações pelas perdas pessoais e profissionais que teriam sido prometidas oficialmente na época do ocorrido. Sobre as indenizações, a assessoria de Amorim destacou que o ministro nunca teria afirmado que haveria tal restituição e que foi feito um estudo para indenizar somente as famílias das duas vítimas fatais. (*O Estado de S. Paulo* – Vida – 21/07/12)

2- Ministro cede documentos que detalham estratégia de defesa

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Ministro da Defesa, Celso Amorim, disponibilizou na internet, no dia 24/07/12, os conteúdos da revisão da Estratégia Nacional de Defesa (END), o Livro Branco e a reformulação da Política Nacional de Defesa. No dia 17/07/12, Amorim entregou estes documentos para o presidente do Senado, José Sarney, e, em etapa próxima, os mesmos serão enviados ao Congresso Nacional para avaliação. Segundo o *Correio*, o novo conteúdo da END considera estratégicos os setores espacial, cibernético e nuclear, além de detalhar sobre “o funcionamento do Estado-Maior Conjunto, que, subordinado ao Ministério da Defesa, coordena as Forças Armadas”. (*Correio Braziliense* – 25/07/12)

3- Livro sobre arte brasileira durante o regime militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a historiadora brasileira radicada em Nova York Claudia Calirman lançou, nos Estados Unidos, o livro *Brazilian Art Under Dictatorship*, que trata sobre a arte brasileira produzida durante o regime militar (1964-1985) e que tem como ponto de inflexão a instituição do Ato Institucional número cinco (AI-5), em 1968, momento de “recrudescimento da repressão”. Nesse momento, a obra de Artur Barrio, Antonio Manuel e Cildo Meireles foi considerada pela autora como uma resposta à censura e ao medo originados pelo regime. Justificando a escolha dos artistas, Calirman afirmou que seu foco esteve sobre os que permaneceram no Brasil durante a época. (*Folha de S. Paulo* – Ilustrada – 24/07/12)

4- Governo do Ceará indenizará 18 famílias de ex-guerrilheiros

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo do Ceará irá indenizar, em agosto de 2012, 18 famílias de ex-guerrilheiros. Os pagamentos são “referentes a processos de anistiados políticos deferidos entre 2008 e 2009”. A Comissão Especial da Anistia julgou 228 processos e avaliou os pedidos indenizatórios de indivíduos detidos entre 02/09/1961 e 15/08/1979 que estavam sob responsabilidade de órgãos oficiais do estado, acusado de participar de atividades políticas, tendo provocado danos físicos e psicológicos. O jornal afirmou que já foram pagos R\$ 5,5 milhões em indenizações. (*O Estado de S. Paulo* – 25/07/12)

5- Frota presidencial do acordo Brasil-França estará completa em 2013

Segundo publicação do jornal *Folha de S. Paulo*, a modernização da frota de aeronaves à disposição do Itamaraty será completada no ano de 2013, para quando está programada a chegada do segundo helicóptero do tipo VH-36 Caracal, do Grupo de Transporte Especial (GTE) da Força Aérea Brasileira; o primeiro foi entregue no mês de julho de 2012. Os helicópteros são parte do acordo militar de R\$ 5,2 bilhões, assinado entre Brasil e França no ano de 2009, que prevê a entrega de 50 aparelhos até o ano de 2017. Eles irão compor a frota das três Forças Armadas e também do Gabinete Presidencial. Conforme o periódico, o valor não corresponde a um valor unitário, uma vez que embute logística e transferência tecnológica para a produção nacional, liderada pela empresa de helicópteros Helibrás. Ademais, o governo discute a possibilidade de adquirir um novo avião de longo alcance, que substituirá o modelo Airbus-319, conhecido como "Aerolula", em homenagem ao ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, apesar de ser moderno, não pode voar à Europa sem fazer escalas. (*Folha de S. Paulo - Poder - 26/07/12*)

6- Brasil auxiliará na recomposição das Forças Armadas do Haiti

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, em um encontro realizado no dia 26/07/12, os ministros da Defesa do Brasil, Celso Amorim, e do Haiti, Jean Rodolphe Joazile, acertaram que o Brasil irá auxiliar o Haiti a recompor suas Forças Armadas, banidas desde 1995. O governo brasileiro enviará ao Haiti uma missão de militares para realizar um diagnóstico da situação atual. A recomposição das Forças Armadas haitianas é uma das principais propostas do presidente Michel Martelly, eleito em 2011. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/07/12*)

7- A Comissão da Verdade e os trabalhos de investigação sobre o regime militar I: Comissão requisita nomes dos responsáveis pela destruição de documentos

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão da Verdade requisitou ao Ministério da Defesa uma lista com os nomes dos responsáveis pela destruição dos documentos sigilosos que tratavam das violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1964-1985). O coordenador da Comissão da Verdade, Gilson Dipp, afirmou: "do Ministério da Defesa queremos saber se há documentos, se não há, se havia, quem destruiu, quem determinou a destruição". De acordo com José Carlos Dias, também membro da Comissão, a falta de acesso aos arquivos militares tem sido o principal obstáculo para o trabalho do colegiado. Em resposta, o Ministério da Defesa afirmou que o ministro Celso Amorim determinou que houvesse total colaboração com a Comissão e que aguarda respostas por parte dos comandos militares a respeito dos questionamentos realizados. Ainda de acordo com Dipp, a Comissão pretende cobrar do governo brasileiro o cumprimento dos tratados internacionais em direitos humanos dos quais é signatário. (*Folha de S. Paulo – Poder – 27/07/12*)

8- A Comissão da Verdade e os trabalhos de investigação sobre o regime militar II: Ministério Público Federal adverte sobre a ineficiência na localização de desaparecidos políticos

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) acusou, junto à Comissão da Verdade, a Comissão de Mortos e Desaparecidos e a Secretaria de Direitos Humanos por omissão e improbidade administrativa na busca dos corpos dos desaparecidos políticos. Em documento intitulado “Relatório para Fins de Prosseguimento nos Trabalhos de Busca e Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos no município de São Paulo”, há citação à demasiada “ineficiência no cumprimento de suas funções”. Inicialmente, o MPF havia creditado à falta de recursos técnicos e humanos as dificuldades para realizar as funções; a falta de resultados apresentados tem preocupado os órgãos responsáveis, segundo o jornal. A Comissão da Verdade, através de seu coordenador, Gilson Dipp, encaminhou ao Ministério da Justiça ofício pedindo esclarecimentos quanto às acusações feitas pelo MPF sobre a atuação da Comissão de Mortos e Desaparecidos com relação ao andamento e o progresso de seus trabalhos. O relatório cita que a Secretaria e a Comissão não realizaram suas “obrigações legais de ofício” e cobra ação imediata de ambos. Os procuradores apontaram, no relatório, casos, como as ossadas encontradas no cemitério do Araçá, na cidade de São Paulo, à disposição desde 2001, que ainda não foram analisadas pelas equipes responsáveis pelo trabalho de identificação. Corpos de militantes dos quais se tem indicações, como o de Hiroaki Torigoe, também não entraram nas pautas da Comissão de Mortos e Desaparecidos e há ainda os que aguardam finalização de exames para devida identificação, como os de Luiz Hirata e Aylton Mortati. No caso da ossada de Francisco Manoel Chaves, a mesma se encontra desde 2010 no Instituto Médico Legal de Brasília aguardando análise. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, também foi cobrado sobre a atuação do Núcleo de Pesquisa em Identificação Humana para Mortos e Desaparecidos Políticos da Polícia Federal, que vem trabalhando junto à Comissão de Mortos e Desaparecidos desde 2010. A Secretaria Especial de Direitos Humanos afirmou não ter recebido o relatório do MPF e que a busca pelos desaparecidos políticos constitui sua maior prioridade, contando realizá-la com apoio do Ministério Público e da Comissão da Verdade. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/07/12*)

9- A Comissão da Verdade e os trabalhos de investigação sobre o regime militar III: Reabertura do processo de Ruy Carlos Berbert

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, na reabertura do caso do ex-guerrilheiro Ruy Carlos Berbert, foram encontrados documentos que tratam de ordem para escavação do local onde supostamente estaria o corpo do guerrilheiro. A ordem teria sido emitida em 1992, pela juíza Sarita Von Roeder; este documento está arquivado na cidade de Natividade, atualmente no estado do Tocantins, onde Berbert estaria enterrado. As buscas foram realizadas e a ossada não foi localizada até o momento, embora nos documentos encontrados conste “o local exato” onde o guerrilheiro teria sido enterrado; moradores da região afirmam que a localização apontada está

errada. Segundo o perito responsável pela coordenação técnica da operação, Badan Palhares, apesar de terem ocorrido 12 escavações pelo cemitério de Natividade, a operação foi frustrada pelo desencontro de informações e falta de recursos para realizá-la. A Comissão da Verdade reabriu o processo em maio de 2012 e poderá recomendar novas buscas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/07/12)

10- Acesso aos documentos sigilosos do regime militar I: Militares monitoraram Pelé entre os anos 1972 e 1985

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, documentos do Ministério da Aeronáutica e do Serviço Nacional de Informações (SNI), que se tornaram públicos com a Lei de Acesso à Informação, revelaram que os militares monitoraram o jogador de futebol Pelé entre os anos de 1972 e 1985. Documentos do acervo do Arquivo Nacional registraram relatórios da Inteligência em negócios imobiliários, na transação para alterar a classificação etária de um filme e na suposta militância de um dos funcionários de Pelé. Após o jogador “consagrar-se com o tricampeonato mundial”, os militares teriam ficado temerosos com uma suposta aproximação do jogador com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, chegando à conclusão, no início de 1980, de que o atleta estaria se utilizando do prestígio do futebol na vida pública. Informes ainda relatam que Pelé teria sido recrutado para ser candidato a vice-governador nas eleições de 1986, pelo PDT. Documentos de 1974 apontaram ainda que os militares destinaram dois relatórios para avaliar a Campanha da Fraternidade daquele ano, sob o tema “Onde está o teu irmão?”, visto a suposta existência de uma mensagem subliminar que denunciava o desaparecimento de militares da oposição. Nos documentos do regime militar (1964-1985), o funcionário de Pelé, Francisco Fornos, foi investigado por supostamente ter se utilizado do tema da Campanha da Fraternidade para protestar em panfletos. Pelé também foi foco dos militares ao pleitear a alteração da restrição de idade do filme “Os Trombadinhas”. Os responsáveis pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão ligado à Polícia Federal, compreenderam a ação de Pelé como um ato de desobediência e, como “lição”, o filme foi retido por oito meses. A proximidade de Pelé com o presidente do Santos Futebol Clube, em 1972, Vasco José Faé, também foi averiguada: “Os militares relataram que Faé se tornou sócio majoritário de uma rádio que abrigava ‘esquerdistas’ investigados pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops)”. (*Correio Braziliense* – Política - 24/07/12)

11- Acesso aos documentos sigilosos do regime militar II: Militares relacionaram sequestro de embaixador alemão à performance da Seleção Brasileira na Copa de 1970

Segundo o *Correio Braziliense*, documentos do Ministério da Aeronáutica, de 1970, revelaram que informes militares relacionaram o sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, à performance da Seleção Brasileira de futebol na Copa do Mundo, comandada por Mário Jorge Lobo Zagallo. Nos relatórios, os militares afirmavam que Zagallo e seu time estavam “alarmados” e que o sequestro, realizado no Rio de Janeiro, poderia influenciar

o psicológico dos jogadores que se encontravam na cidade de Guadalajara, no México. Como forma de libertar o embaixador, os militantes da Vanguarda Popular Revolucionária e da Frente de Libertação Nacional exigiam a libertação de 40 presos políticos. Para homenagear os campeões da Copa, o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, presenteara os jogadores brasileiros e a comissão técnica com 25 fuscas. A doação realizada por Maluf rendera-lhe processo judicial, por lesão aos cofres públicos, ação que foi registrada nos informes dos militares e que atualmente faz parte do acervo do Arquivo Nacional. (Correio Braziliense - Política - 24/07/12)

12- Acesso aos documentos sigilosos do regime militar III: Fotografias revelam efeitos da tortura

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, uma foto inédita de 1970, da ex-militante de esquerda Vera Sílvia Magalhães, revelou os efeitos da tortura a que foi submetida em um prédio do Exército, no Rio de Janeiro. A foto está sob a guarda do Arquivo Nacional, em Brasília, e retrata Vera sem conseguir ficar em pé, amparada pelo também prisioneiro, Cid Benjamin. Ambos ex-militantes do grupo comunista clandestino, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), fizeram parte do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em 1969. Em outra imagem, Magalhães foi fotografada em uma cadeira diferente das dos demais presos. As fotografias foram tiradas pouco tempo antes de o grupo ter sido trocado pelo embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, também sequestrado. Do Rio de Janeiro o grupo seguiu para a Argélia, sendo que parte regressou clandestinamente ao Brasil e alguns foram mortos pelo regime militar (1964-1985). Em depoimento à Câmara dos Deputados, em 2003, Magalhães confirmou que as torturas a impediram de ficar em pé, relatando também que fora a única a sofrer tal ação na sexta-feira Santa, na Polícia do Exército, onde militares declararam que a torturariam como homem, "como Jesus Cristo", classificando o que sofreu como ação "inteiramente desmesurada". (Folha de S. Paulo – Poder – 24/07/12)

13- O Brasil como exportador de armamentos e as controvérsias sobre o tema

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, através de documentos do Ministério da Defesa, obtidos pelo periódico graças a Lei de Acesso à Informação, foram revelados trâmites comerciais do país sobre a exportação de armamentos. Os papéis registram 204 operações de exportação de armas e munição, que totalizam US\$ 315 milhões, entre janeiro/2001 e maio/2002. Revelou-se, por exemplo, que o Brasil exportou ao Zimbábue, em agosto de 2001, durante o governo do ditador Robert Mugabe (no poder desde 1980 e acusado de participar de conflito no Congo), US\$ 5,8 milhões em bombas de fragmentação e incendiárias, sendo 340 bombas completas, e outros componentes para a montagem de mais 426 bombas de fragmentação e 605 incendiárias. As bombas de fragmentação, também conhecidas como bombas de dispersão, são condenadas por diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs), pois, ao serem detonadas, espalham de 14 mil a 120 mil esferas de aço capazes de atingir civis e combatentes sem distinção. O general de brigada e diretor de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Aderico Mattioli, defendeu que o material exportado, apesar de indicar munição

pesada, era antigo e poderia estar destinado ao treinamento de militares. Por outro lado, o Brasil já figurava, antes dos novos dados, como um dos alvos das ONGs que monitoram o comércio de armas; em 2001, o Instituto Internacional de Estocolmo para Pesquisa sobre a Paz (Sipri) indicou a venda total de US\$ 287,4 milhões naquele ano, projetando o país para a décima posição no ranking liderado pelos EUA, que venderam US\$ 6 bilhões. O assunto foi pauta de reunião especial das Nações Unidas durante a semana do dia 20/07/2012 que pretendia discutir novo Tratado de Comércio de Armas. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Brasil buscou limitar o rigor do Tratado em negociação na Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o jornal, o projeto poderia impactar os interesses do país, já que este possui empresas no setor que estão em processo de internacionalização, além de diversas que já praticam esta atividade. A *Folha* afirmou que as empresas não desejam revelar suas negociações nem seus clientes, pois podem enfrentar possíveis críticas “caso suas armas sejam utilizadas para desestabilizar uma região, violar direitos humanos, fomentar o crime transnacional e o terrorismo ou atrapalhar o combate à pobreza”. Foi destacado que uma série de países tem o mesmo intuito do Brasil, o que contribui para que os princípios que o país compartilha sejam aplicados. O periódico ainda destacou que há o fomento, até mesmo na redução de impostos, para que indústrias brasileiras dessa área se desenvolvam, devido às divisas e aos empregos em áreas tecnológicas que geram. Foi mencionado que indústrias de outros países, ao sofrerem rigorosos controles para sua exportação, “buscam meios de moldar o novo ambiente regulatório em benefício próprio”. Estas empresas argumentam que um rigoroso tratado seria benéfico para os lucros, juntamente com a criação de um controle de qualidade e padronização que contribuiria para a ampliação de mercados. Além destes objetivos, o controle das vendas também seria uma realidade, de forma que a “reputação” das empresas e acionistas fosse preservada. Por fim, argumentou-se que, se a indústria nacional continuar a contribuir contra a transparência, “todos perdem”, até mesmo o cidadão brasileiro que acaba por custear um negócio que não referendou. Em coluna do mesmo periódico, foram lançados dois argumentos em tentativa de mudar a opinião do governo brasileiro sobre a transparência no comércio internacional de armas, já que o país se mostrou contrário à proposta, mesmo frente à Organização das Nações Unidas (ONU). O primeiro deles, que, segundo a *Folha*, já está em prática na indústria bélica, apontou a necessidade de indicar a origem dos armamentos, obrigando que cada arma e projétil carregue uma “inscrição indelével”, marcada a laser, indicando sua procedência. Com essa medida, seria possível identificar as violações de normas internacionais e de direitos humanos e atribuir parte dos danos ao país fornecedor de armas. O segundo argumento indicou que a necessidade do sigilo sobre a exportação de armas existe porque os compradores o necessitam, a fim de não tornar públicos o tipo e quantidade dos armamentos que adquirem. Neste sentido, a *Folha* defendeu que “a conveniência militar alheia não é problema a ser resolvido pelo Brasil. Ainda mais se o pretendente a comprador é uma ameaça a relações normais com seus vizinhos ou à liberdade e aos direitos humanos em seu país”. Por fim, o periódico indicou uma possível transgressão de regras internacionais pelo Brasil, que exportaria bombas condenadas e armamentos para o Oriente Médio, ditaduras africanas e outras operações, apesar de se mostrar “condoído” com tais genocídios. (*Folha de S. Paulo - Mundo - 22/07/12*;

Folha de S. Paulo – Mundo – 25/07/12; Folha de S. Paulo – Poder – 24/07/12;
Folha de S. Paulo - Poder - 26/07/12; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/07/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).